

**NÚCLEO GESTOR DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC**

ATA N.º 7/2018

Ata da CONFERÊNCIA DOS DELEGADOS, realizada no dia 30 de outubro de 2018, às 08:00 horas, no Espaço Cultural “Sirley Maria Neumann Johanson”.

- 1 No trigésimo dia de outubro de 2018, ocorreu o segundo encontro da
- 2 Conferência dos Delegados do Processo de Revisão do Plano Diretor
- 3 Participativo de Campo Alegre, realizada no auditório do Espaço Cultural Sirley
- 4 Maria Neumann Johanson, as 8:00 horas.
- 5 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva, coordenadora do
- 6 processo de Revisão do Plano Diretor, fez a abertura do segundo dia da
- 7 conferência agradecendo a presença de todos e passou a palavra para a
- 8 arquiteta e urbanista Tábata Yumi Fujioka que fez a leitura da ata referente ao
- 9 primeiro dia de conferência, após manifestações a ata foi ajustada e colocada
- 10 para aprovação. Não havendo questionamentos, foi aprovada por todos os
- 11 participantes.
- 12 Foi realizada a contagem dos delegados totalizando 25 presentes.
- 13 Em seguida a arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva iniciou os
- 14 trabalhos, dando sequência a apresentação das propostas para deliberação.
- 15 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva apresentou o retorno
- 16 da proposta nº 73 referente ao zoneamento Zona de Parque (ZPQ) votada
- 17 anteriormente, sugerida por meio de formulário de esclarecimento pelo
- 18 delegado Rodrigo M. Correa, para a votação da inclusão do Item I3 na íntegra
- 19 como consta na proposta original, considerando cultivo de flores e plantas
- 20 ornamentais incluídos no uso I3.a. e o cultivo de espécies vegetais para
- 21 extração madeireira incluídos no uso I3.b.

22 Após explicações sobre os itens de atividades referentes à proposta, sem
23 considerações da plenária, foi colocada em votação a proposta nº 73, ficando
24 18 votos desfavoráveis (vermelhos) e 07 votos favoráveis (verdes).

25 Em seguida a arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva apresentou
26 proposta vinda através de formulário de esclarecimentos redigido pelo
27 delegado Rodrigo M. Correia sobre a delimitação da Zona de Preservação do
28 Manancial (ZPM), a qual sugere que seja realizada através da bacia
29 hidrográfica do Rio Turvo. A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães
30 Silva reitera que não há dados oficiais de demarcação desta bacia e que para
31 a elaboração da Zona de Preservação do Manancial (ZPM) foi realizada a
32 delimitação através de curvas de níveis e mapas georreferenciados e não
33 necessariamente a bacia hidrográfica. Após as considerações, abriu o espaço
34 para contribuições para debate e possível deliberação.

35 O delegado Ruben Eliezer Bahr aponta que na área da Zona de Preservação
36 do Manancial (ZPM) consta também uma parte da bacia do Rio Vermelho e
37 sugere que esta área seja retirada do zoneamento.

38 O delegado Rodrigo M. Correa relata que dentro da área delimitada como Zona
39 de Preservação do Manancial (ZPM) constam áreas de preservação
40 permanente instituídas por lei federal e sugere manter apenas estas áreas no
41 zoneamento.

42 A delegada Marília Scheffer, sugere manter o zoneamento como proposto pela
43 equipe técnica, tendo em vista que a bacia do Rio Vermelho que se refere ao
44 abastecimento do município de São Bento do Sul, poderá reverter valores para
45 Campo Alegre futuramente.

46 O senhor Paulo Schmalz sugere verificar se o município de São Bento do Sul
47 possui o Plano de Manejo para a região do manancial do Rio Vermelho.

48 A senhora Patrícia de Pádua Rodrigues, reforça que os mananciais destas
49 áreas já são protegidos pelas áreas de preservação permanente (APP)
50 conforme Código Florestal e estão cercadas, e que o zoneamento só está
51 aumentando a restrição de uso da área.

52 Considerando as manifestações dos delegados, foram colocadas quatro

53 propostas para deliberação, sendo:

54 1 - Manter o desenho original do zoneamento, anterior a consulta pública;

55 2 - Acatar proposta de redução para a área de manancial da bacia do rio turvo
56 após a tréplica;

57 3 - Remoção da área da bacia do rio vermelho do Zona de Preservação do
58 Manancial (ZPM);

59 4 - Remover o zoneamento Zona de Preservação do Manancial (ZPM), ficando
60 apenas as áreas de preservação permanente, conforme código florestal,
61 permanecendo o zoneamento Zona de Preservação Sustentável (ZPS).

62 Após a apresentação das propostas houveram mais algumas manifestações de
63 esclarecimentos referente aos usos do zoneamento Zona de Preservação
64 Sustentável (ZPS) em comparação ao zoneamento Zona de Preservação do
65 Manancial (ZPM).

66 Em seguida foi colocada em votação.

67 A delegada Lucilaine Mókfa Schwarz solicitou que os nomes dos delegados
68 fossem registrados durante a votação.

69 A proposta nº1, para manter o desenho original do zoneamento, anterior a
70 consulta pública obteve 01 voto favorável (verde) do delegado Fabiano Cleber
71 Munhoz.

72 A proposta nº2, para acatar proposta de redução para a área de manancial da
73 bacia do rio turvo após a tréplica obteve 08 votos favoráveis (verdes) dos
74 delegados: Camila Braun Machado, Peterson Aluisio Kohler, Irineu Woitskovski
75 Júnior, Marcelo Lucas Machado, Marcia Regina Schadeck Friedrich, Lucilaine
76 Mókfa Schwarz, Robinson Barkemeyer e Sandro Luiz Friedrich.

77 A proposta nº3, para remoção da área da bacia do rio vermelho do Zona de
78 Preservação do Manancial (ZPM) obteve 03 votos favoráveis (verdes) dos
79 delegados: Gilson Omar Brunnquell, Fabíola Scheffer Brunnquell e Marília
80 Scheffer.

81 A proposta nº4, para remover o zoneamento Zona de Preservação do
82 Manancial (ZPM) obteve 12 votos favoráveis (verdes) dos delegados: Jonas
83 Thiago Bahr, Ruben Eliezer Bahr, Adolar Bahr, Marcelo Lader, Francisco

84 Kuhnen Neto, Regina Maria Cardoso de Meira Oliveira, Mario Luiz Franke,
85 Raul Johanson, Nilson Fuckner, Cleverson Luiz Fernando Wotroba, Rodrigo M.
86 Correa e Luiz Eugênio Duvoisin.

87 Houve ainda 01 abstenção do delegado Alaercio Luis Cordeiro.

88 O delegado Mario Luiz Franke se manifestou pedindo anulação da votação das
89 propostas, tendo em vista a complexidade do assunto envolvendo a qualidade
90 da água do município de Campo Alegre.

91 O delegado Jonas Thiago Bahr, expõe que a proposta não está bem
92 embasada em dados técnicos suficientes para a demarcação, sugerindo que
93 sejam realizados mais estudos para propor os usos para a área da APA.

94 O engenheiro civil Bruno Seefeld explana sobre a criação da APA do Alto Rio
95 Turvo e que o plano de ações do Plano Diretor já contempla a realização do
96 Plano de Manejo no futuro.

97 O delegado Luiz Eugênio Duvoisin sugere que com a extinção da Zona de
98 Preservação do Manancial (ZPM) deverá ser realizada uma nova análise dos
99 usos da Zona de Preservação Sustentável (ZPS).

100 A delegada Marília Scheffer ressalta a importância da realização do Plano de
101 Manejo da APA do Alto Rio Turvo, que deve-se pensar na preservação da
102 qualidade da água do município e que em contrapartida os interessados
103 (mineradoras e demais proprietários) auxiliem o município a custear os
104 estudos. Sugere ainda retomar a proposta e manter a proposta número 2 ou 3,
105 mediante as contrapartidas das empresas, e que em consulta à Procuradoria
106 Geral da União, foi certificado que seria viável esta contrapartida.

107 A senhora Patrícia de Pádua Rodrigues se coloca à disposição para levar essa
108 proposta às empresas instaladas na região da APA que ela representa, e
109 expõe o interesse de preservar a qualidade do manancial em suas atividades e
110 na possível parceria para elaboração do Plano de Manejo de forma lícita.

111 O senhor Jonas Thiago Bahr expõe que no Plano Diretor atual não havia
112 restrições de uso nesta área e que o novo plano já traz algumas restrições
113 para garantir o uso sustentável.

114 O delegado Nilson Fuckner expõe que fica claro que a Zona de Preservação

115 Sustentável (ZPS), como o nome diz, é de uso sustentável e que cabe a
116 fiscalização resguardar a área para que as ocupações cumpram a funções
117 sustentáveis.

118 A delegada Lucilaine Mókfa Schwarz expõe a dificuldade da fiscalização, pois
119 mesmo com denúncia são necessárias análises no momento exato para se
120 comprovar qualquer contaminação, que na teoria a fiscalização funcionaria
121 bem, mas que infelizmente na prática esse controle torna-se difícil para o
122 município.

123 A delegada Fabíola Scheffer Brunnquell coloca que as pessoas se apegaram
124 ao nome sustentável, porém isso não garante que a área do manancial estará
125 protegida.

126 O engenheiro civil Bruno Seefeld coloca que o que garante a preservação são
127 os usos permitidos e não somente o nome do zoneamento.

128 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva sugere que
129 considerando a votação, este assunto deva ser apresentado na Audiência
130 Pública através de novo estudo de usos na Zona de Preservação Sustentável
131 (ZPS).

132 Dando sequência a deliberação das propostas e devido a decisão da maioria
133 dos delegados em anular o zoneamento Zona de Preservação do Manancial
134 (ZPM), registra-se que fica anulada a votação da proposta número 71 votada
135 no primeiro dia da Conferência.

136 A senhora Patrícia de Pádua Rodrigues sugere que as propostas realizadas
137 para o zoneamento Zona de Preservação do Manancial (ZPM) sejam
138 deliberadas, porém agora consideradas para a Zona de Preservação
139 Sustentável (ZPS), e que as mesmas sejam debatidas na Conferência para
140 haver a colaboração dos delegados.

141 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva apresentou o tema
142 destas propostas, porém justificou que não serão deliberadas por não haver
143 mais o zoneamento Zona de Preservação do Manancial (ZPM) e que as
144 justificativas das propostas não teriam mais coerência. Expõe também que
145 com a exclusão do zoneamento Zona de Preservação do Manancial (ZPM) a

146 atividade de mineração fica permitida em todo o território.
147 O senhor Danilo Rodrigues Magalhães expõe que é favorável em manter a
148 Zona Especial de Mineração (ZEM), porém apenas em atividades minerárias
149 que fazem o uso de explosivos.
150 Em seguida a arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva apresenta
151 a proposta nº99, que solicita a inclusão de condomínios de lotes de casas
152 térreas no centro e arredores do município e expõe as considerações técnicas
153 sobre a proposta.
154 A delegada Fabíola Scheffer Brunquell expõe que a ideia não era regularizar
155 o que existe, mais sim de refletir se futuras construções poderiam ter mais
156 unidades isoladas dentro do mesmo lote, as quais seriam registradas em
157 unidades individuais. Sugere que onde o zoneamento permite a construção de
158 geminados, também possa permitir a construção de casas isoladas no formato
159 condomínio de lotes e ressalta que devem existir alguns critérios para que não
160 se tornem favelas.
161 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva esclarece a diferença
162 entre condomínios de lotes e condomínios edifícios, bem como os parâmetros
163 que deverão ser contemplados em cada caso, sendo colocado na sequência
164 para deliberação, resultando em 21 votos favoráveis (verdes), 4 abstenções e
165 nenhum voto desfavorável à proposta.
166 Após intervalo para café, foram retomadas as atividades e recontagem dos
167 delegados totalizando neste segundo momento 26 delegados presentes.
168 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva apresenta a proposta
169 nº35 que propõe a criação de zoneamento de proteção de áreas de mirantes
170 (Morro da Vista, Serra do Lageado/ Comfloresta, Serra Schmidt e Mirante
171 Cascata Paraíso). Destacou que a análise técnica foi positiva para a inclusão
172 da proposta, porém que a equipe técnica sugere que ao invés de criar novos
173 zoneamentos, sejam mapeados pontos de mirante, onde deve-se aplicar o
174 Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) em um raio de abrangência de 500m
175 para as futuras edificações, sendo sempre considerado o impacto sobre a
176 paisagem local. Explicou-se ainda que a tréplica não veio através do

177 proponente, mas de um dos proprietários de uma das áreas colocadas como
178 ponto de interesse, que foi contrário ao parecer técnico, manifestando que os
179 mirantes se sobrepõem às propriedades particulares, sendo favorável apenas
180 a aplicação destes em locais públicos como por exemplo a Cascata Paraíso.

181 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva esclarece que os
182 pontos dentro de propriedades privadas não obrigam o proprietário a deixar o
183 local aberto ao público, e que os estudos realizados para futuras ocupações
184 levarão em consideração apenas a preservação da paisagem, tendo como
185 objetivo evitar edificações e torres que inibam a visualização destes pontos de
186 mirantes.

187 A senhora Patrícia de Pádua Rodrigues solicita esclarecimento sobre o raio de
188 abrangência dos pontos de mirante e a arquiteta e urbanista Matilde Ihvens
189 Guimarães Silva esclarece que o raio será a partir do ponto do local do mirante
190 mapeado, sendo um raio de 500 metros para análise de impacto na paisagem
191 de mirante.

192 A delegada Marília Scheffer expõe exemplos de locais turísticos em serras,
193 demonstrando que são sempre nos locais mais altos como alpes suíços e
194 Urubici. Relata a importância da preservação destes locais para que no futuro
195 a paisagem natural não tenha que concorrer com as antenas instaladas, como
196 acontece em Joinville.

197 O delegado Ruben Eliezer Bahr expõe que o Morro da Vista possui antenas
198 que são elementos de utilidade pública importantes para segurança do
199 município.

200 A delegada Marília ressalva que os elementos existentes serão mantidos e
201 com essa análise será previsto um local para novas antenas que não
202 prejudique a paisagem.

203 Sendo colocada a proposta nº35 para deliberação, ficam 25 votos
204 desfavoráveis (vermelhos), 01 abstenção e nenhum voto favorável a retirar a
205 proposta original, permanecendo a proposta de criação dos pontos de mirantes
206 no município.

207 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva expõe as propostas

208 referentes ao perímetro urbano do município, apresentando as diferenças de
209 área do Plano Diretor atual e o proposto na minuta de revisão com suas áreas
210 de ampliação, quadro de áreas demonstrando em números as principais áreas
211 ampliadas. Destacou que o município possui muitos vazios urbanos para
212 futuras ocupações e ainda apresentou o mapa de uso do solo da Epagri, que
213 baseou a elaboração dos zoneamentos referente às áreas agrícolas.

214 A arquiteta e urbanista Nathalia de Souza Zattar relembra o resultado da leitura
215 comunitária, que demonstrou que as principais vocações do município são a
216 agricultura e o turismo.

217 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva apresentou dados
218 estatísticos de crescimento populacional e de veículos que, segundo o IBGE,
219 demonstra baixo crescimento populacional e o grande crescimento do número
220 de veículos nos últimos 7 anos e destacou o desafio para o Poder Público do
221 crescimento com qualidade de vida, garantindo infraestrutura, áreas de lazer,
222 recreação, atendendo a todos os cidadãos em diversas faixas etárias
223 (crianças, idosos, etc.). Ainda destaca que o planejamento urbano é importante
224 para regular a expansão urbana e deve considerar o custo da infraestrutura e
225 equipamentos públicos em perímetros urbanos espalhados que causam
226 oneração dos custos do município. Relata a importância da consciência do
227 voto nas propostas e que os delegados devem pensar no bem coletivo e no
228 futuro.

229 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva apresenta a proposta
230 nº 49, a qual solicita a inclusão no perímetro urbano de terreno na região do
231 Salto do Engenho. De acordo com a análise técnica a proposta não foi aceita,
232 pois não cumpre os requisitos prioritários, pois a área não está incluída
233 parcialmente em perímetro urbano e não é abrangida pelo raio mínimo de 3km
234 sobre equipamentos públicos.

235 O senhor Jean Bianconcini esclarece que o lote ainda não está desmembrado,
236 e que as matrículas serão vinculadas por possuírem área menor do que o
237 mínimo exigido como módulo rural do INCRA. Tendo em vista que há
238 atualmente um perímetro urbano próximo ao terreno, solicita sua integração.

239 Destaca que há uma área pública onde há uma antiga serraria próximo ao
240 local.

241 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva esclarece que a área
242 pública não está no perímetro urbano e que se aprovado o desenho do
243 perímetro urbano será conectado ao perímetro urbano atual Salto do Engenho,
244 incluindo a cachoeira do Salto.

245 Sendo colocado em votação a proposta nº49, ficando 03 votos desfavoráveis
246 (vermelhos) e 23 votos favoráveis (verdes).

247 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva apresenta a proposta
248 nº 07, a qual solicita a ampliação de 04 matrículas próximas ao Centro e que
249 estas sejam incluídas no zoneamento Zona de Ocupação Sustentável (ZOS).
250 De acordo com a análise técnica a proposta não foi aceita, pois não cumpre os
251 requisitos prioritários que seriam estar incluída em parte no perímetro urbano
252 proposto e estar em vetor de expansão.

253 O senhor Wagner Schneider expõe que é representante dos proponentes e
254 que a ideia é englobar as áreas para futura instalação de condomínio.

255 Sendo colocado a proposta nº 07 em votação, que estabelece a inclusão de
256 aproximadamente 415 mil metros quadrados ao perímetro urbano, ficam 26
257 votos favoráveis (verdes) e nenhum voto desfavorável ou abstenção.

258 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva apresenta proposta
259 nº126, que solicita inclusão de área de 737.882,01m² no perímetro urbano,
260 localizada próxima ao loteamento Village dos Bosques e Parque Industrial. De
261 acordo com a análise técnica a proposta não foi aceita, pois não cumpre um
262 dos requisitos prioritários que seria estar incluída em parte no perímetro urbano
263 proposto.

264 A delegada Marília Scheffer questiona se é permitido o parcelamento do solo
265 na modalidade loteamento no zoneamento Zona de Ocupação Sustentável
266 (ZOS).

267 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva esclareceu que é
268 permitido desde que possua o lote mínimo, conforme aprovado após análise
269 técnica, de 5.000m².

270 A delegada Marília Scheffer complementou que sua preocupação caso não
271 permitisse o loteamento, seria o prejuízo ao sistema viário do município.

272 O senhor Paulo Schmalz, proprietário do Loteamento Village dos Bosques e
273 também da área em questão, destaca que o terreno rural não traz muito
274 retorno para o município, porém um condomínio poderá trazer famílias para
275 fomentar o turismo e comércio local.

276 Não havendo mais manifestações, foi colocada em votação a proposta nº126,
277 ficando: 23 votos favoráveis (verdes), 03 abstenções e nenhum voto
278 desfavorável.

279 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva apresenta a proposta
280 nº110, que solicita a ampliação do perímetro urbano. Explanou as justificativas
281 técnicas da razão de rejeição de algumas propostas de ampliação do perímetro
282 urbano, em relação a função social da propriedade urbana, tendo em vista a
283 qualidade de vida e esclareceu os objetivos, diretrizes e estratégias do Plano
284 Diretor.

285 A arquiteta e urbanista Nathalia de Souza Zattar destacou que estes objetivos,
286 diretrizes e estratégias foram construídos pelos delegados nas oficinas de
287 planejamento e que deverão refletir nos mapeamentos e propostas.

288 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva destacou que a análise
289 técnica não visa engessar o processo, mais sim regular o crescimento de
290 forma ordenada, pensando no planejamento de forma sustentável mantendo a
291 qualidade de vida a longo prazo. Destacou o problema de mobilidade urbana
292 que poderá se agravar, e a importância de se garantir o acesso à terra
293 urbanizada a todos, indiferente da classe social. Enfatizou que deve haver
294 equilíbrio entre o empreendimento dos condomínios fechados e as atividades
295 de turismo urbano e rural, levando em consideração que a reversão de
296 perímetro urbano para o rural posteriormente será inviável.

297 A arquiteta e urbanista Nathalia coloca que existem muitos vazios urbanos em
298 áreas com infraestrutura instalada e o correto seria impulsionar o adensamento
299 dessas áreas, principalmente considerando o baixíssimo crescimento
300 populacional do município. Exemplificou que outros municípios em que a

301 AMUNESC faz o mesmo trabalho de assessoria ao Plano Diretor, que
302 possuem alta demanda populacional, estão tendo maior cautela na ampliação
303 de seu perímetro do que em Campo Alegre.

304 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva esclarece que o
305 planejamento deve ser contínuo e que no futuro, conforme a demanda, as
306 áreas poderiam ser ampliadas.

307 O senhor Wagner Schmidt questiona o crescimento do município em relação
308 aos condomínios rurais, se esta população sazonal está sendo contabilizada
309 no crescimento do município. Declara ainda que o custo de infraestrutura para
310 o município é menor em caso de condomínios fechados.

311 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva esclarece que o custo
312 de infraestrutura e equipamentos públicos para o município é o mesmo em
313 caso de condomínio e loteamentos, considerando que o loteamento irá se
314 integrar ao sistema viário existente e o condomínio é isolado e distante, pois o
315 município é responsável em atender a demanda da população local da mesma
316 forma e também em estender a infraestrutura suficiente para atender ao
317 empreendimento.

318 A delegada Fabíola Scheffer Brunquell esclarece que a proposta nº110
319 pretendia que o perímetro urbano fosse revisto para não ter tantos recortes e
320 indicou os locais no mapa.

321 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva esclarece que estes
322 recortes já foram incluídos nas propostas anteriores e que desta forma a
323 proposta nº 110 fica descartada.

324 Em virtude do horário, e tendo em vista a não conclusão dos trabalhos
325 previstos para a conferência, foi colocado em votação a continuação da
326 conferência na data de 31 de outubro de 2018, no mesmo local e horário,
327 sendo aprovado pela maioria dos delegados.

328 Considerando a extensão da Conferência, foi comunicado que os formulários
329 de esclarecimentos estão à disposição dos delegados.

330 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva agradeceu a
331 participação de todos, reforçando a importância de participação no terceiro dia

332 de Conferência que ocorrerá em 31 de outubro, no mesmo horário e local em
333 continuidade aos assuntos de hoje.

334 Nada mais havendo a ser tratado eu Tábata Yumi Fujioka lavrei a presente ata
335 a qual foi assinada por mim e pela coordenadora do processo de revisão do
336 Plano Diretor Participativo Arquiteta Matilde Ihvens Guimarães Silva, a qual
337 segue com lista de presença em anexa.